



Subjetividade, formação profissional e a defesa do projeto ético-político do Serviço Social: um debate necessário

Bruno José da Cruz Oliveira¹

1. Mestrando em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro; professor na Faculdade de Minas (FAMINAS), Muriaé, MG.

RESUMO: Este artigo aborda o debate acerca da subjetividade dos acadêmicos de Serviço Social e a sua relação com a atual direção ético-política hegemônica na formação profissional dos assistentes sociais. O trabalho sustenta a tese de que a defesa do Projeto Ético-Político do Serviço Social está centralmente associado ao processo de subjetivação dos valores e ideais crítico-emancipacionistas nele contido.

Palavras-chave: subjetividade, formação profissional e emancipação humana.

RESUMEN: Subjetividad, formación profesional y la defensa del proyecto ético-político del Servicio Social: un debate necesario. Este artículo aborda el debate sobre la subjetividad de los académicos de Servicio social y su relación con la actual dirección ético-política hegemónica en la formación profesional de los Asistentes Sociales. El trabajo sustenta la tesis de que la defensa del Proyecto Ético-Político del servicio Social está centralmente asociado al proceso de subjetividad de los valores e ideas crítico-emancipacionales contenidos.



Palabras llaves: subjetividad, formación profesional e emancipación humana.

ABSTRACT: Subjectivity, professional formation and the defense of the ethical-political project of the Social Service: a necessary debate. This article approaches the debate concerning the academics' of Social Service subjectivity and its relationship with the current hegemonic ethical-politics direction in the professional formation of the Social workers. The work sustains the theory that the defense of the Ethical-political Project of the Social Service is centrally associated to the process of subjectivity of the values and critic-emancipationist ideals contained in it.

Keywords: subjectivity, professional formation and human emancipation.

I – O processo histórico de construção do projeto ético-político

No início da década de 60, o Serviço Social iniciou o seu processo de diálogo com a tradição marxista. Tal processo ocorreu no bojo do movimento de reconceitualização profissional, no qual os fundamentos teóricos, político-ideológicos e técnicos da profissão passaram a ser profundamente questionados destacando-se a crítica à herança religiosa. Esse movimento expressou-se por

¹ Ressaltamos que o processo de contestação da ordem desenvolvido na América Latina era portador de particularidades regionais que refletia em diferentes níveis de organização política dos trabalhadores e demais setores subalternizados pelo "Capitalismo Tardio" que se desenvolvia no continente.

Destacam-se os projetos de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro, defendido pela maior arte das elites e o projeto de desenvolvimento autônomo ou nacionalista, defendido pelos setores populares de esquerda e por uma incipiente burguesia nacional.

toda a América Latina impulsionado por uma conjuntura marcada pela industrialização da região e pelo desenvolvimento de processos políticos, econômicos e culturais anti-imperialistas e anti-capitalistas que ocorriam no subcontinente.¹

No Brasil, o debate sobre o modelo de desenvolvimento econômico a ser adotado movimentava diferentes setores da sociedade civil. A emergência de movimentos sociais contestatórios aos fundamentos aristocrático-liberais da ordem social contribuiu para a polarização da sociedade brasileira entre diferentes projetos de desenvolvimento nacional.²

O golpe civil-militar ocorrido em 1º de abril de 1964, que depôs o presidente João Goulart, desencadeou a suspensão das frágeis “liberdades democráticas” existentes. Iniciou-se, com esse acontecimento, um período de intensa repressão policial-militar aos setores da sociedade civil que questionavam o modelo de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro e hegemônico por esse último.

Com a desarticulação das organizações populares e a intervenção política nas Universidades, a influência do pensamento marxista no interior da categoria dos assistentes sociais é obstaculizada³. Nesse período, o pensamento estrutural-funcionalista consolidou-se como a principal influência teórica no Serviço Social, refutando a influência religiosa na profissão, buscando empreender um caráter científico à prática profissional e à produção acadêmica. O viés tecnicista, como objetivo profissional, busca adaptar o indivíduo às necessidades de reprodução ideológica resultantes do processo de industrialização/urbanização da sociedade brasileira, norteando a prática profissional numa perspectiva que negava a dimensão político-ideológica da profissão⁴.

² Destacam-se os projetos de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro, defendido pela maior parte das elites e o projeto de desenvolvimento autônomo ou nacionalista, defendido pelos setores populares de esquerda e por uma incipiente burguesia nacional.

³ Nesse momento, a aproximação do Serviço Social com a tradição marxista se deu a partir das elaborações teóricas de autores identificados com o marxismo, não aprofundando o debate com as obras marxistas. Configurava-se um “marxismo sem Marx”.

⁴ Ver Netto (1990).

1.1– A retomada do debate político-ideológico no Serviço Social

Em meados da década de 1970, a crise econômica ocasionada pelo fim do “milagre econômico” comprometeu o poder de consumo da classe média, colaborando decisivamente para o processo de desgaste político da ditadura militar. Paralelamente, cresciam as manifestações de repúdio às violações dos Direitos Humanos e em defesa da Anistia para os perseguidos pelo regime. Ao mesmo tempo inicia-se, nesse período, a reorganização dos movimentos sociais protagonizados pelas classes sociais subalternas, com destaque para o movimento dos trabalhadores metalúrgicos do ABC paulista.

Impulsionados pelas mobilizações promovidas por diversos setores da sociedade civil em defesa da reinstalação das liberdades democráticas, setores da categoria profissional identificados com o pensamento crítico-dialético ganham maior projeção. Os primeiros sinais de rearticulação desta perspectiva foi a elaboração do Método Belo Horizonte, ainda em 1975. Esse último lançava as diretrizes para uma intervenção crítica na realidade, preconizando a intervenção “por fora” do aparelho de Estado, tendo como base as concepções estruturalistas de Louis Althusser⁵.

A mudança na correlação de forças político-ideológicas entre os assistentes sociais teve como símbolo o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, ocorrido em 1979, conhecido como “O Congresso da Virada”. Ao longo dos anos 80, afirma-se a hegemonia marxista na produção acadêmica do Serviço Social⁶. No mesmo período, a categoria participa ativamente dos debates acerca da democratização da sociedade brasileira, alinhando-se e identificando-se com os interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora. A mudança da perspectiva política-ideológica da profissão consolida-se em 1993 com o Código de Ética Profissional, cujos princípios fundamentam o Projeto Ético-Político Profissional. São eles:

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes, autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Defesa, intransigente, dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;

⁵ Pensador marxista formulador da teoria do “Aparelhos Ideológicos de Estado”, na qual afirma que o Estado independente da sua formatação tem como principal função universalizar a visão da classe dominante através dos seus aparelhos ideológicos como a escola, os meios de comunicação estatais.

⁶ Destacam-se as formulações de teóricas de Marilda Iamamoto, José Paulo Netto, Vicente de Paula Faleiros e Aldaíza Sposatti.

- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas a garantia dos direitos civis, sociais e políticos da classe trabalhadora;
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade e acesso a bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos mesmos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física” (Código de Ética Profissional, 2001).

II – O projeto ético-político profissional diante da ofensiva neoliberal

A eleição de Fernando Collor de Mello marca o início da implementação do neoliberalismo no Brasil. O discurso de modernização do país, simbolizado pela defesa indiscriminada do mercado interno aos produtos importados e da redução dos gastos públicos através das privatizações, principalmente do setor produtivo estatal, passou a ser base de fundamentação das políticas econômicas adotadas no país, aliadas às necessidades de transferência de recursos públicos para o pagamento dos juros e serviços da dívida pública. Ressalta-se que, com a queda do Muro de Berlim, o pensamento Neoliberal ganha o “status” de pensamento único, iniciando uma ofensiva política, econômica e ideológica do capital abertamente contra

a cultura democrática e igualitária da época contemporânea, caracterizada não só pela afirmação da igualdade civil e política para todos, mas também pela busca da redução das desigualdades entre os indivíduos no plano econômico e social, no âmbito de um objetivo mais amplo de libertar a sociedade e seus membros da necessidade e do risco (NUNES apud NETTO, 1992).

Assim, toda e qualquer proposta alternativa ao modelo neoliberal que tinha como referência a regulação da atividade econômica pelo Estado passou a ser desqualificada. A estabilidade econômica atingida com o Plano Real, baseada na manutenção das taxas de juros e na redução do poder de consumo da população, contribuiu para consolidar a hegemonia neoliberal.

Paralelamente, verifica-se igualmente um refluxo dos movimentos sociais urbanos num quadro de contra-ofensiva ideológica do capital e de reestruturação produtiva fragilizando, ainda mais, a incipiente construção de um processo de identidade/consciência de classe que questionasse a ordem vigente. Tal fato certamente contribuiu para que parcela significativa dos trabalhadores aderisse ao discurso dominante.

A eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, e a sua posterior reeleição simbolizam o amplo consentimento social em torno das propostas neoliberais, embora algumas categorias tenham vivido processos de enfrentamento a estas medidas⁷. Nesse período, o Brasil consolida a sua posição subalterna no processo de globalização, inserindo-se nessa nova etapa do capitalismo como exportador de produtos agrícolas primários à baixo custo.

No que diz respeito às estratégias de enfrentamento da “questão social”, o projeto neoliberal lança mão de políticas focalizadas e compensatórias, baseadas numa ampla “contra-reforma do Estado” (BEHRING, 1998). O paradigma da universalidade dos Direitos Sociais que perpassou a Constituição de 1988 foi duramente atacado em nome da austeridade fiscal. Tal estratégia se baseia na desresponsabilização do Estado com as políticas públicas, transferindo-a para a sociedade civil e para a iniciativa privada. Conseqüentemente, multipli-

⁷ Destacaram-se nesse período as ocupações de terra empreendidas pelos trabalhadores rurais cujo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi a maior expressão, assim como, as greves dos trabalhadores do setor público.

cam-se as organizações não-governamentais (ONGs), bem como as fundações empresariais de cunho filantrópico, essas últimas associadas ao chamado “marketing social”⁸.

Na contramão desse processo, a produção acadêmica do Serviço Social brasileiro consolida, ao longo dos anos 90, a sua perspectiva crítico-dialética referenciada na tradição marxista. A vasta literatura produzida pelos intelectuais de referência para a categoria se fundamenta numa dura crítica ao neoliberalismo, reafirmando a necessidade de democratização da sociedade brasileira, na defesa das políticas sociais de caráter universalista e na democratização da gestão dessas últimas. Porém as transformações ocorridas no mundo do trabalho e a contra-reforma do Estado, ocorrida durante os anos 90, colocam novos desafios para a formação dos assistentes sociais. Com a flexibilização das relações trabalhistas em nome do aumento da taxa de lucros, a (relativa) autonomia profissional passa a ser sistematicamente ameaçada. Paralelamente à precarização e a focalização das políticas sociais, são reduzidos os recursos de intervenção nos espaços nos quais se expressam a questão social, fato que também contribui para a reprodução de uma prática profissional de caráter tecnocrático-assistencialista.

2.1– A subjetividade e a defesa do projeto ético-político profissional

O Projeto ético-político profissional possui uma clara perspectiva político ideológica alinhado à construção do processo de emancipação humana. É importante compreendermos que os princípios que perpassam tal projeto foram construídos durante mais de dois séculos de lutas sociais protagonizadas pelos trabalhadores e demais setores subalternizados da sociedade capitalista. Nesse sentido podemos afirmar que a construção do projeto ético-político profissional reflete o movimento teórico-político-ideológico realizado pela categoria durante os anos 80 e 90, quando a mesma construiu a sua identificação com a classe trabalhadora.

Todavia, esta não está imune à ofensiva ideológica neoliberal que promove uma avassaladora capitalização social de valores e princípios identificados com o consumismo e o individualismo hedonista. Segundo Silveira,

⁸ Não podemos, certamente, incorrer em generalizações acerca do papel das ONG's na atual fase do Capitalismo, uma vez que, muitas delas exercem uma importante função de assessoria aos movimentos sociais de esquerda.

há portanto, no traçado das relações sociais, um processo de conformação e subsunção à lógico mercantil, de tal ordem que a direção intelectual e moral que esta sendo gestada, vai afetar as formas de sociabilidade existentes, produzindo marcas profundas nos sujeitos individuais e coletivos (2003, p. 2).

As mudanças ocorridas na sociedade brasileira, em consequência das contra-reformas, colocam novos desafios para aqueles que defendem uma formação ético-política profissional de caráter crítico, uma vez que, a construção “de uma maioria político-profissional radicalmente democrática e progressista, (...) demanda trabalho de largo prazo e conjuntura histórica favorável” (NETTO, 1996).

Para tanto, fez-se necessário investir na circulação de valores sintonizados com a construção de uma nova organização societária. Segundo Silveira,

A adoção, portanto de uma outra perspectiva de conhecimento que interroga os fatos sociais e não os vê como algo dado, vai exigir, sobretudo do ponto de vista da formação humana, um movimento metodológico e político existencial, a interpelar sentimentos e razão, ao mesmo tempo em que vai se revelando um auxiliar precioso no inestimável e necessário movimento de síntese a ser realizado pelos sujeitos (2003, p. 4).

Objetiva-se assim, a formação de assistentes sociais que compreendam os fenômenos do cotidiano como uma objetividade questionável, algo historicamente não determinado.

A aproximação da categoria profissional com os movimentos sociais de contestação à ordem, compreendendo esses últimos como “universais relativos” (Silveira, 2003), tanto no período de formação profissional quanto nos processos relativos à prática profissional, apresenta-se como fundamental. Necessária também é a re-oxigenação dos espaços coletivos da categoria, espaços esses que facilitam a troca de experiências, de articulação e de reivindicação, revalorizando a perspectiva de contínua reconstrução coletiva do projeto ético-político.

A efetivação de uma prática profissional politizadora do cotidiano, definitivamente não será assegurada apenas pelo acúmulo teórico empreendido ao longo da formação profissional. Portanto, necessário se torna o comprometimento entre profissionais “de campo”, docentes e estudantes de Serviço Soci-

al, com uma formação de caráter humanista, que implique na construção de novos sujeitos político-profissionais, capazes de fundamentar a sua intervenção na realidade a partir da apreensão do movimento histórico construído pela humanidade e no compromisso com a construção de uma nova organização societária.

Referências bibliográficas

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.

BEHRING, Elaine. **Política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.

GUERRA, Yolanda; MONTAÑO, Carlos (Orgs). **Serviço Social crítico. Biblioteca Latino Americana de Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2002.

BORGIANNI, E.; MONTAÑO, C.; GUERRA, Y. *Servicio Social Crítico*. Hacia la construcción del nuevo proyecto ético-político profesional. São Paulo: Cortez, 2003. 352 p. (Biblioteca Latinoamericana de Servicio Social, n. 6).

IASI, Mauro. **O processo de consciência**. São Paulo: CPO, 2002.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. **Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil (Serviço Social e Sociedade)**. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVEIRA, Maria Lídia Souza. Categorias emancipatórias e sua afetação nos sujeitos profissionais: a saudável tensão entre formação humana e formação profissional. **Seminário Latinoamericano de Serviço Social**, Porto Alegre, 2003.